

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1192>



APRESENTAÇÃO

Precariedades contemporâneas

INTRODUCTION

Contemporary precariousness

PRESENTACIÓN

Precariedades contemporâneas

Jacob Carlos Lima* 

Helena Bomeny** 

RESUMO

Tendo o Brasil como referência, o dossiê “Precariedades Contemporâneas” aqui introduzido pretende discutir a generalização da precariedade na vida social como um todo, a permanência de formas de dominação econômica, política e social resistentes ao enfrentamento que tais ameaças exigem. A proposta buscou reunir pesquisadores que estudam aspectos distintos desse processo, mas que têm em comum os desafios presentes e futuros para minimizar seus custos, mitigar seus efeitos visando uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: precariedade do trabalho, precariedade do emprego, precarização da vida social.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia e Professor Titular no Departamento de Sociologia da UFSCar.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Sociologia e professora titular aposentada de Sociologia da UERJ.

ABSTRACT

This text introduces the dossier “Contemporary Precariousness” that, focusing on Brazil, aims to discuss the generalization of precariousness in social life as a whole, the persistence of forms of economic, political, and social domination that resist the opposition that such threats require. The proposal sought to bring together researchers who study different aspects of this process, but who share the present and future challenges of minimizing its costs and mitigating its effects, with a view to a more just, egalitarian, and environmentally sustainable society.

Keywords: precarious work, precarious employment, precarious social life.

RESUMEN

Tomando como referencia Brasil, el dossier “Precariedad Contemporánea” que se presenta aquí busca discutir la generalización de la precariedad en la vida social en su conjunto y la persistencia de formas de dominación económica, política y social que se resisten a la confrontación que tales amenazas exigen. La propuesta buscó reunir a investigadores que estudian distintos aspectos de este proceso, pero que comparten los desafíos comunes de minimizar sus costos y mitigar sus efectos, en pos de una sociedad más justa, igualitaria y ambientalmente sostenible.

Palabras clave: precariedad laboral, empleo precario, precarización de la vida social.

Duas motivações animaram a proposta deste dossiê. Nossa participação na diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a constatação, precisamente por esta circunstância, do interesse crescente em uma dimensão do exercício laboral na sociedade contemporânea: precariedades nas relações de trabalho e em formas de convivência social. Os cânones da Sociologia vêm sendo desafiados progressivamente – o que é inerente à atividade científica – em velocidade e formato até então desconhecidos para interpretar esse processo contínuo de degradação da vida social.

A acepção contemporânea de precariedade nos remete a termos como permanência, relações sociais sólidas e futuro, em contraposição a instabilidades, fragilidades e incertezas, tais como estamos vivendo nas últimas décadas. Utilizamos o termo precariedades, no plural, distinguindo-o de precarização, em situações distintas e que, muitas vezes, se confundem. A primeira, inerente ao sistema geral do capitalismo, é tributária das relações assimétricas entre classes sociais e diferenciais de poder que se estabelecem em todas as dimensões da vida social. A segunda, compreendida como um processo de perda de direitos sociais, piora das condições de vida e trabalho e da certeza do amanhã, com a impossibilidade de planejar a existência.

Outra distinção a ser feita é a precariedade do trabalho, que não é a mesma coisa que precariedade do emprego. A primeira se insere nas condições de trabalho com distintos graus de hierarquias assimétricas, trabalhos repetitivos, pesados, sujos/insalubres, perigosos que pouco acrescentam ao trabalhador e que os desmotivam. Sua origem está nas formas de assalariamento historicamente construídas no capitalismo e a tentativa de disciplinar o trabalhador, com jornadas longas e baixos salários. Situação alterada no século XX com a ideia de emprego, na qual se criava uma relação salarial, incorporando limites à jornada de trabalho, descanso semanal e férias remuneradas, respostas às mobilizações operárias do período (Cingolani, 2023). Ao nos referirmos à precarização, remetemo-nos a duas situações: a precarização do trabalho, de suas condições objetivas e subjetivas, e a do emprego, com retirada progressiva da mediação da relação capital e trabalho pelo Estado, e o fim, através de inúmeras reformas trabalhistas, dos direitos historicamente conquistados.

É esta perda de direitos que marca o que chamamos de precarização, seja do trabalho, seja do emprego, das condições de trabalho e das relações que as acompanham; da estabilidade relativa de empregos que possibilitavam

a organização do futuro do trabalhador e de sua família e implementação de um vale-tudo, no qual o capital garante sua valorização e reprodução, e o trabalhador mantém-se na “viração”, na informalidade, entendida agora como flexibilização.

Escrevendo em 1997, dentro da onda neoliberal que marcou a década, Pierre Bourdieu declarava que, diante do abandono crescente de uma perspectiva de bem-estar social, tendo como referência as relações de trabalho, a precariedade se espraiava por todos os aspectos da vida humana. Não apenas na perda de direitos e qualidade dos empregos nos setores público e privado, mas também na educação, saúde e meio ambiente, refletindo o abandono, ou pelo menos secundarização de políticas sociais, agora percebidas como custos a serem eliminados das atividades do Estado. Autores como Zygmunt Bauman, Richard Sennet, Anthony Giddens, Ulrich Beck, David Harvey, Manuel Castells, entre outros, também destacavam como esses fenômenos desestruturavam a vida privada, aumentando as incertezas sobre o futuro, as ameaças ambientais e o risco crescente da própria existência humana. Como resultado desse conjunto de fatores, seguíamos frente a uma distopia marcada pela fragmentação do social, pela fragilização dos movimentos sociais e das possibilidades de resistência e da própria democracia, com o retorno das ideologias autoritárias, do racismo, da xenofobia.

As tecnologias digitais, percebidas originalmente em suas possibilidades emancipatórias, foram se constituindo num elemento potencializador dessa precarização da vida. Algumas das consequências sobre a vida social têm merecido a atenção dos autores citados: controle por empresas globais da informação, que vendem dados de milhões de pessoas a partir da mobilização das subjetividades captadas em redes digitais; controle político e vigilância permanente, numa relação promíscua entre empresas globais e Estados imperiais que determinam quem pode ter acesso à internet e à informação; controle de novas formas de exploração do trabalho via plataformas. Isto para ficarmos em alguns entre os tantos desdobramentos sobre a vida coletiva.

Passadas cinco décadas dessas mudanças provocadas pela reestruturação capitalista, a destruição ambiental assume um caráter irreversível, manifesto pela pandemia da Covid-19, o aquecimento global, a contínua destruição das florestas e o uso de energias fósseis que tornam o ar cada vez mais irrespirável. O retorno da guerra fria, da ameaça nuclear, tudo indicando

o que parece ser a entrada em um novo espiral descivilizatório, tal qual discutido por Norbert Elias.

Tendo o Brasil como referência, este dossiê pretende discutir a generalização da precariedade na vida social como um todo, a permanência de formas de dominação econômica, política e social resistentes ao enfrentamento que tais ameaças exigem. A proposta foi reunir pesquisadores que estudam aspectos distintos desse processo, mas que têm em comum os desafios presentes e futuros para minimizar seus custos, mitigar seus efeitos visando uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável.

Os dois primeiros artigos são teóricos e recuperam não apenas o conceito de precariedade, mas as crises capitalistas que, de forma contínua, a tornam um processo. Tem início com a discussão de Gustavo Cunha (2025), no artigo “Crises, trabalho e soberania política: elementos conceituais e diagnósticos” sobre crises e precariedades, tendo a Teoria Crítica da segunda Escola de Frankfurt como referência. Inicia com a crise de legitimação da economia política contemporânea, decompondo-a para entender a crise do presente. Partindo da obra *O soberano trabalhador* de Axel Honneth, relaciona a divisão do trabalho e o exercício da soberania política individual. Conclui pelo que considera uma situação paradoxal: um novo regime de acumulação no qual a divisão do trabalho isola as atividades laborais e em condições com cada vez menos controle pelos trabalhadores. Esse isolamento se refletiria fortemente nas relações sociais, tornando-as centrais na reprodução social, em outros termos, precarizando-as. Por fim, evidencia os limites da análise de Honneth, que, ao destacar a necessidade de uma reconexão da teoria política da divisão do trabalho à democracia, deixa de lado a conexão entre a divisão do trabalho e a organização política.

Marco Aurélio Santana (2025), em “Precariedade laboral: definições, configurações atuais e modos de resistências”, de uma perspectiva distinta, dá continuidade ao debate anterior, recuperando historicamente o conceito de precariedade com recurso a diversos autores, ampliando-o para os novos ativismos, novos atores e as conformações distintas, criticando o eurocentrismo da temática. A discussão de precariedade como estado ou processo, a partir de Zaouche-Gaudron & Sanchou (2005), aponta para uma perspectiva multidimensional do conceito, segundo a qual, ainda com Bourdieu e Castel, a precariedade se espalha por “toda a parte”. Continuando sua revisão, aponta para as reformas trabalhistas no Brasil como ilustrativas

do caráter processual da precariedade (ou precarização) das relações de trabalho e emprego. Apresenta então as formas de organização política, ainda que incipientes e pouco organizadas, recuperando três movimentos que têm se destacado em diversos países, deixando evidente que, onde tem opressão, tem resistência: os movimentos Precári@s Inflexíveis, Geração à Rasca (ambos de Portugal) e o Breque dos Apps de entregadores por aplicativo (do Brasil). Nestes, à informalização (ou com o eufemismo da flexibilização do trabalho) se juntam as novas tecnologias, alterando formas de trabalho que se transformam em “prestação de serviços” e geração algorítmica do trabalho, desmaterializando o padrão físico, substituído por dispositivos informacionais. A precarização, nesse caso, é sustentada ideologicamente como empreendedorismo e outras formas de individualização. O que provoca a emergência de novas formas de resistência também. Finaliza questionando se temos as ferramentas conceituais para enfrentar os novos tempos marcados pela precarização da vida, da nova conformação de classes e dos novos ativismos.

O artigo “Para além da precariedade: cenas e cenários do trabalho e da natureza nos canaviais paulistas” de Rodrigo Constante Martins e Maria Aparecida de Moraes da Silva (2025) recupera as novas resistências num trabalho ainda visto de forma estereotipada de “rural”, num contexto como o Brasil, com a redução permanente dessa categoria de trabalhadores e da mescla de rural e urbano na qual essa distinção está cada vez menos precisa. Tendo como sujeitos da pesquisa mulheres migrantes, os autores buscam demonstrar como a exploração do trabalho provoca formas emergentes de resistência, solidariedade e a percepção simbólica, reelaborada, de sofrimento social. Defendem que a precariedade assume a forma de um dispositivo de poder no qual a natureza e o corpo são territórios em disputa. A dominação vem acompanhada de gestos de insurgência, incipiente, desorganizada, revelando as contradições da modernização capitalista representada pelo agronegócio. Tendo como referências teóricas Williams, Thompson e Butler, o texto expõe a forma como essas trabalhadoras constroem sentidos para sua existência e resistem à precariedade constituinte das relações de trabalho, a precariedade como condição estrutural da vida. No dizer dos autores, produz “subjetividades vulneráveis, naturaliza opressões e desigualdades, articulando poder e afeto”. A precariedade das condições de vida dessas trabalhadoras não resulta apenas da economia do trabalho, mas de um

conjunto de práticas ativas de gestão da força de trabalho, produzindo, por sua vez, formas de insubmissão.

Os três artigos seguintes focam no que estamos chamando de precarização da vida e acompanham as mudanças estruturais do capitalismo.

José Miguel Rasia, Soraya Vargas Cortes e Alexandre Ribeiro Martins (2025) trazem ao dossiê resultados de pesquisa de alcance internacional sobre o impacto da pandemia do Covid-19 em três contextos distintos: Estados Unidos, Brasil e Índia. A pergunta direta indica o teor da reflexão: “quem teve maior ou menor acesso aos serviços de saúde? Que políticas públicas foram adotadas para mitigar os efeitos da pandemia”? Acompanhamos no texto a formulação da tese de que a precariedade da vida, o reconhecimento e a ontologia constituem dimensões da vida social estreitamente articuladas nesse contexto histórico. O artigo cumpre a promessa de aprofundar teoricamente as dimensões da desigualdade, ampliando a dimensão estatística, e deixando transparecer diferenças impactadas por contextos, por lugares sociais ocupados pelos indivíduos acometidos pela pandemia, e os efeitos da distribuição dos “bens” econômicos, políticos e simbólicos sobre o cuidado e acolhimento dos doentes. Morte e luto são categorias passíveis de gradações muito distintas. Que morte importa e que vítimas são mais suscitadoras de sentimento de luto, socialmente falando. A pandemia tornou dramaticamente visíveis as diferenciações ontológicas diretamente associadas à percepção dos indivíduos como mais ou menos humanos... A categorização ontopolitizados, exontologizados e anontologizados serviu para deixar públicas as diferenças acentuadas nesse processo pandêmico que, tocando a todos, marcou mais particularmente alguns.

A precariedade urbana esteve contemplada no texto de Lia de Mattos Rocha e Aline de Almeida Hoche (2025) quando, pela trajetória de vida de quatro mulheres moradoras de favela na região metropolitana do Rio de Janeiro, reencontramos as múltiplas dimensões da precariedade. Estão ali contempladas as formas de agenciamento produzidas por elas frente a situações de segregação, falta de assistência e obstáculos estruturais com a mobilização de redes de apoio, transitando entre formalidades e informalidades no esforço de construir projetos de vida. O conceito de “precariedade urbana” foi a chave analítica de que se valeram as autoras para articular dimensões estruturais de desigualdade a processos cotidianos de subjetivação. Dois trabalhos etnográficos nos territórios do Morro do

Céu, em Niterói, e do Caju, na cidade do Rio de Janeiro formaram o campo empírico que sustentou a reflexão das autoras. Sobressai, no entanto, a instabilidade como traço central da vida nas favelas. As precariedades expostas em todas as dimensões do cotidiano dessas comunidades deixam igualmente visíveis práticas criativas que permitem aos atores subjugados resistirem ao desumanamente mantido como socialmente estabelecido.

Precariedades afetam não apenas a vida dos indivíduos em suas situações socialmente identificadas. Interferem igualmente na rotina de formulação de políticas públicas quando delas é subtraída a postura ética ligada à alteridade. O texto de Marcele Frossard (2025) pretende articular demandas e implementação de políticas públicas em seus efeitos sobre vulnerabilização dos futuros jovens. Formulação de políticas públicas implica tensões no debate sobre educação. Que modelo prevalecer para que tipo de sociedade pretendida. Ao prevalecer a tecnicidade para cumprimento prioritário dos princípios da austeridade, sentirão os jovens em suas trajetórias de vida vulnerabilizadas. O Plano Nacional de Educação (PNE), documento que estabelece metas e estratégias para políticas educacionais no Brasil por dez anos, foi palco de disputa na definição de políticas educacionais com vistas ao futuro através da educação. Uma série de entraves à sua implementação levou Frossard à articulação com os processos de vulnerabilização, enquanto tendência inelutável dos fluxos insustentáveis de consumo, expansão e exploração. Propôs como linha reflexiva o conceito de precariedade, relacionando-o com a necessidade de imaginar futuros possíveis frente ao que Mark Fisher denominou realismo capitalista.

No conjunto, os artigos propõem contribuições para o debate, evidenciando sua atualidade e multidimensionalidade. Tem-se na questão trabalho seu “núcleo duro”, espalha-se por toda a sociedade, marcando o novo momento do capitalismo. Longe de dar conta do debate, o dossiê provoca reflexões a partir de sua configuração teórica e empírica.

Se a proposta do dossiê foi acalentada pelos interesses difusos e crescentes que apareciam na programação dos congressos da SBS, o acolhimento da chamada pelos autores nos surpreendeu. Tão logo anunciada pela revista, um número considerável e surpreendente de artigos foi submetido, o que fortaleceu nossa convicção da oportunidade de publicação. Muitos dos artigos não puderam ser incorporados, não apenas por limitação do número

de artigos definida para o próprio dossiê, mas por falta de adequação entre os textos e a linha proposta pelos editores. Mas vale o registro do interesse e nosso empenho em deixar público o esforço da SBS em sintonizar a associação com os movimentos mais sensíveis da sociedade civil organizada.

Referências

- Constante Martins, Rodrigo, & Silva, Maria Aparecida de M. (2025). Para além da precariedade: cenas e cenários do trabalho e da natureza nos canaviais paulistas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1130. <https://doi.org/10.20336/rbs.1130>
- Cunha, Gustavo. (2025). Crises, trabalho e soberania política: elementos conceituais e diagnósticos. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1138. <https://doi.org/10.20336/rbs.1138>
- Frossard, Marcelle. (2025). Educação e precariedade: ambição na proposição de políticas públicas educacionais como estratégia para a construção de futuros democráticos. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1136. <https://doi.org/10.20336/rbs.1136>
- Mattos Rocha, Lia de, & Hoche, Aline de A. (2025). Navegando a precariedade: precariedade urbana e resistências cotidianas entre mulheres de duas favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1146. <https://doi.org/10.20336/rbs.1146>
- Rasia, José Miguel, Cortes, Soraya V., & Martins, Alexandre R. (2025). Precariedades contemporâneas e reconhecimento na pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1137. <https://doi.org/10.20336/rbs.1137>
- Santana, Marco Aurelio. Precariedade laboral: definições, configurações atuais e modos de resistências. *Revista Brasileira de Sociologia*, 13, e-rbs.1143. <https://doi.org/10.20336/rbs.1143>
- Zaouche-Gaudron, Chantal, & Sanchou, Paule. (2005). Dossier Precarités – Introduction. *Empan*, 60(4), 10-13. <https://doi.org/10.3917/empa.060.0010>



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)